

Esquerda-Direita: Uma Dicotomia Atual ou Anacrónica?

Sílvia Mangerona*

Resumo

A partir da Revolução Francesa, a dicotomia esquerda-direita domina a referência interpretativa das ideologias. Ser de «esquerda» ou ser de «direita» invoca valores que fazem parte da afirmação política dos indivíduos e dos partidos. Apesar das críticas, a díade permanece atual e necessária no discurso político-ideológico.

Palavras-chave: esquerda, direita, ideologias

Abstract

Since the French Revolution, the left-right dichotomy dominates the interpretive reference of ideologies. Being of left or right invokes values that are part of the political assertion of individuals and parties. Despite criticism, the dyad remains topical and necessary in political and ideological discourse.

Keywords: left, right, ideologies

* Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica Portuguesa. Docente na ULHT

A dicotomia esquerda-direita continua, mais de dois séculos depois, a ser utilizada na linguagem política. Qual o motivo? Será apenas um suporte descritivo ou uma matriz conceptual que se tornou indispensável em ambiente democrático?

A objetividade descritiva da dicotomia tem facilitado a identificação da pessoa e do grupo face à sociedade em que se encontra. A forma objetiva como esta matriz posiciona as ideologias clarifica a ação política e organiza o debate das ideias. Este conceito antitético faz parte de um conjunto de dicotomias que ajudam a caracterizar as várias áreas do saber. Os sistemas políticos democráticos e pluripartidários da atualidade continuam a ser organizados numa espécie de linha sociológica horizontal que opõe a esquerda e a direita.

1. A dicotomia esquerda-direita nasce durante a Revolução Francesa. Na sequência de um forte descontentamento social e na tentativa da edificação de uma nova sociedade, Luís XVI permite, em 1789, a Assembleia Nacional Constituinte com a representação de todas as classes sociais. Na presidência do «hemiciclo», o Rei colocou à sua esquerda os que se opunham ao seu veto legislativo; à direita sentaram-se os apoiantes da continuação do poder monárquico e do veto do Rei. À esquerda estavam os que queriam a mudança; à direita os defensores da velha ordem e da tradição. Esta organização topográfica das várias posições políticas proporcionou, até aos dias de hoje, um novo paradigma da organização política. Do posicionamento por comparação, da defesa das idiossincrasias de cada classe social, nascem novas orientações políticas, sociais e económicas que resultam no nascimento de várias ideologias¹.

As novas formas e derivações posicionam-se nessa linha horizontal, estabelecendo comparativos de pensamentos e ações. O próprio conceito de horizontalidade democratizou as ideias políticas, deixando para trás o velho paradigma do eixo vertical. A sociedade do Antigo Regime organizava-se em esquema vertical, com classes e correntes de pensamento superiores e inferiores. O Estado constitucional moderno e a dicotomia interpretativa esquerda-direita rompem com uma hierarquia discriminatória, polarizando as ideias num mesmo plano de ação e,

1. É depois da Revolução Francesa que nasce o Liberalismo, o Conservadorismo e o Socialismo, ainda hoje pilares da organização ideológica mundial.

dessa forma, contribuindo para a democratização do sistema político-partidário.

2. A organização social e política apoia-se em bases coletivas baseadas em fontes intelectuais. Em contexto democrático, as ideologias são representações coletivas que ajudam a posicionar o cidadão face ao outro, face à comunidade a que pertence.

As ideologias são conceitos de aplicabilidade comparativa. Há até quem as considere diferentes das ideias «puras» da filosofia ou dos conceitos próprios da natureza de cada um. Émile Durkheim (2004) define ideologia como figura de «representação coletiva», ou seja, a ideologia nasce, reflete e promove uma natureza comum, um pressuposto de grupo que se posiciona por comparação.

A introdução dos conceitos esquerda e direita, como grupos ideológicos que arrumam as diversas forças políticas, proporciona uma simplificação das ideias, posições e reivindicações que a pluralidade democrática imprime ao tecido e organização social. Com o tempo e a crescente complexidade das sociedades democráticas ocidentais, a dicotomia esquerda-direita ganha novas relações e subdivide-se em novas derivações. O surgimento de novas correntes², como a «terceira via» e o «conservadorismo compassivo», questiona a solidez da análise dicotómica esquerda-direita. No entanto, a História recente mostra que a distinção analítica no eixo esquerda-direita tem permitido «encaixar» posicionamentos intermédios.

3. Mas nem todos consideram a dicotomia esquerda-direita a matriz essencial, questionando a sua legitimidade no atual cenário político. Jean-Paul Sartre (1970) foi um dos primeiros pensadores a atribuir a esta dicotomia uma relevância meramente contextual, considerando direita e esquerda apenas «duas caixas vazias». Também o seu contemporâneo Julien Freund (1974: 23) afirmou que a dicotomia não

2. Giddens (1996) abre uma «terceira via» no debate político na última década do século XX e mostra, mais uma vez, que o seu pensamento político se espraia numa análise espacial. O objetivo de Giddens em criar uma síntese dos opostos acaba por reiterar a visão diádica da política. Também o «conservadorismo compassivo» de Myron Magnet (2001), que abre caminho a novas posições de cidadania e de *workfare*, não deixa de ser interpretado através de posições relativas do paradigma explicativo esquerda-direita.

tem especificidade própria e não passa de uma disputa entre tradição e aventura.

A introdução dos «neos» na caracterização e definição das ideologias veio colocar um novo desafio à bipolarização espacial esquerda-direita. Seymour Martin Lipset (2006) considera impossível posicioná-los no «velho» eixo: «Claramente, é difícil, senão impossível, colocar os “neos” numa escala de tipo esquerda-direita». Lipset levanta ainda algumas reticências ao paradigma esquerda-direita, lembrando que há novos «ismos» que se posicionam fora da linha matriz e são até transversais a ela, como é o caso do ecologismo.

Também Michael Freeden (1996), especialista em ideologias políticas, rejeita a ideia de contínuo diferenciador e interpretativo da linha esquerda-direita. Divide as ideologias em conceitos macro e micro, que as colocam num plano tridimensional afastando-as da dicotomia esquerda-direita. As macro-ideologias são, para Freeden (1996), o Socialismo, o Liberalismo e o Conservadorismo. As micro-ideologias não são autónomas, definem-se em planos diferentes mas representam um papel fundamental na vida política, como são os casos do Comunismo, do Neo-Liberalismo e da Democracia Cristã.

A colocação de uma nova dimensão na avaliação das correntes ideológicas imprime uma avaliação mais contextual da dicotomia esquerda-direita. A aplicação das dimensões micro e macro das ideologias reclamam a relativização da relevância da definição horizontal esquerda-direita, apelando à sua contextualidade.

4. Apesar dos argumentos que a definem como anacrónica, a dicotomia esquerda-direita permanece atual. A ampliação das ideologias num plano tridimensional pode resultar num afastamento meramente descritivo, podendo ser facilmente transposto para o plano horizontal bipolarizado pela esquerda e direita numa reta atual e complexa onde se podem identificar várias posições relativas.

A complexidade crescente das ideias políticas transformou rapidamente a linha esquerda e direita em linha com centro esquerda, centro direita, extrema esquerda e extrema direita. Mas esta pluralidade não põe em causa a permanência e utilidade da dicotomia, continuamente validada pelas atualíssimas expressões «governo de esquerda», «governo de direita», «direita parlamentar», «esquerda parlamentar», «centro-esquerda» e «centro-direita».

O reconhecimento da atualidade da matriz esquerda-direita e da importância que ela continua a representar para organização dos Estados democráticos foi reiterada na obra de Norberto Bobbio (1995). Este filósofo, historiador e politólogo considera a dicotomia esquerda-direita uma «banalíssima metáfora espacial» resultante de circunstâncias casuais da Revolução Francesa e vai mais longe considerando até que a terminologia pode mudar. No entanto, defende que a estrutura política é originalmente dicotômica e que, portanto, se manterá.

Ao contrário do que aconteceu à dicotomia alto-baixo³, a esquerda-direita permanece na definição formal e real da política e da sociologia. O estigma interpretativo associado à oposição alto-baixo não está presente na esquerda-direita. Apesar do seu significado semântico ser também caracterizador de valorização axiológica⁴, a dicotomia esquerda-direita tem significado valorativo num mesmo plano, feito por oposição e contraste com juízos⁵ de valor apostos, mas positivos e com os mesmos direitos de intervenção e por isso permanece no tempo: «A divisão entre esquerda e direita ajuda-nos a compreender o mundo e – o que é talvez mais importante – a nos compreendermos a nós próprios» (Currito, 2012: 84).

5. As diferenças entre esquerda e direita são complexas mas muito intuitivas. À direita reconhecem-se os valores da tradição, do respeito máximo pela lei e pela ordem, pela defesa dos valores da Igreja, da

3. A dicotomia alto-baixo tem origem na estrutura eclesialista alto clero e baixo clero e é aplicada no sistema parlamentar inglês – Câmara Alta e Câmara Baixa. Há quem considere que o ordenamento espacial horizontal direita-esquerda, que a Revolução Francesa introduz, não exclui o ordenamento vertical da metáfora alto-baixo. Jean Lapouze (1981) coloca a par as duas dimensões e reitera que a metáfora horizontal nunca eliminou totalmente a vertical. O autor defende que as duas representações são necessárias e coexistem.

4. A direita apoia o poder estabelecido, reage às mudanças e está associada à *right*, *droit*, *destra*, ao cumprimento e respeito das leis; já a esquerda é *sinistra*, é *gauche* (de *gaucherie* – desordem), de mudança e de revolução.

5. A definição de esquerda e direita é também feita através da oposição dos conceitos das pessoas que os assumem. Norberto Bobbio (1995) assume-se um homem de esquerda, apesar da manifesta pretensão de não ser por isso influenciado, concluindo que atribui aos conceitos conotações valorativas: «...Sempre me considerei um homem de esquerda e portanto sempre dei ao termo “esquerda” uma conotação positiva...e ao termo “direita” uma conotação negativa».

Família e pelo direito inalienável da propriedade⁶. A esquerda representa a mudança, a revolução, o coletivismo e o igualitarismo. Também para estas definições entram dicotomias políticas que ajudam ao reconhecimento espacial das diferentes ideologias: igualdade-desigualdade, revolução-tradição, liberdade-autoridade. Segundo Bobbio (1995), a igualdade sustenta a oposição da direita e da esquerda e funciona como «estrela polar» que continua a guiar esta distinção. A esquerda promove a defesa de uma maior igualdade entre as classes e grupos sociais, a direita reconhece e defende uma hierarquia social legitimada pela desigualdade natural «interpretada positivamente como reconhecimento da irredutível singularidade de cada indivíduo».

Num jogo onde se gerem os conceitos da liberdade e da autoridade, a esquerda e a direita assumem uma oposição que deixa aos vários agentes políticos uma escolha de posições mais libertárias (à esquerda) até um posicionamento mais autoritário de defesa da ordem estabelecida (à direita). O lado da ordem, da tradição, da moral legal e legítima tem sido associado à direita; à esquerda associa-se a revolução, o progresso e a mudança.

Conclusão

Na História, a evolução social é feita a partir de opostos que nos aparecem maioritariamente em díade⁷. A dicotomia esquerda-direita começa por ser conjuntural, historicamente identificada e até casual, mas permanece para além da Revolução Francesa como um novo paradigma semântico e conceptual.

Os conceitos esquerda e direita, à semelhança da representação de quem estava à esquerda ou à direita do Rei, significam posições socio-políticas antagónicas: esquerda significa mudança e revolução, direita

6. A questão do direito de propriedade é fundamental para a caracterização das diferenças entre esquerda e direita. A esquerda considera ser a propriedade o obstáculo principal à sociedade igualitária e, por isso, luta pela coletivização dos meios de produção e pela abolição da propriedade individual. A direita considera a propriedade um direito inalienável, que é defendido desde sempre pela Doutrina Social da Igreja. Em 1891, na encíclica *Rerum Novarum*, o Papa Leão XIII reconhece ao Homem a legitimidade natural da posse sobre as coisas, assim como a faculdade de usar os bens e o direito perpétuo de os possuir.

7. Na organização social, dos grupos, dos partidos e dos Estados, a arrumação primária é entre amigo-inimigo, entre pró e contra. A díade surge naturalmente na organização pessoal e social, remetendo para a axiologia cristã do bem e do mal, Deus-demónio, ordem-caos.

significa ordem e tradição. Nesta conceção, a pluralidade é fator essencial. Só perante dois ou mais intervenientes políticos se reconhecem posições mais à esquerda ou à direita.

Nos Estados constitucionais democráticos, a pluralidade partidária é imprescindível e, com ela, nasce naturalmente a comparação de posicionamento. Mas até os Estados não democráticos e com regimes de partido único revelam uma ideologia definida, por oposição, a outras realidades políticas, provando a dimensão global da dicotomia esquerda-direita.

A linha horizontal esquerda-direita permanece atual, apesar das críticas, salvaguardado uma paridade de ação que não era conseguida na dicotomia vertical alto-baixo. A utilidade deste paradigma interpretativo resulta da sua própria edificação e reconhecimento, sendo um importante instrumento organizador e clarificador das sociedades.

Do lado dos argumentos que a declaram relativa e anacrónica, defende-se o fim da dicotomia esquerda-direita, considerada simplista e manipuladora do debate, investindo para que se desista da polarização que julgam perigosa. Entre os que sustentam a objetividade e atualidade da diáde, reconhece-se o carácter acidental dos conceitos esquerda e direita, mas defende-se que a estrutura dicotómica que a caracteriza e define é natural, permanente e necessária nos Estados democráticos.

As recentes teses do apaziguamento ideológico não colocaram em risco a atualidade da dicotomia enquanto paradigma interpretativo. Continua a existir interesse teórico na definição de esquerda e direita como elemento de medição entre ideologias e os conceitos continuam a ser utilizados na linguagem política do debate, luta e exercício do poder.

Bibliografia

- Bobbio, N. (1995). *Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política*. Lisboa: Editorial Presença.
- Currito, E. (2012). "Repensar a dicotomia direita-esquerda". In: V. Correia, *A Dicotomia Política Esquerda-Direita: A Problemática da Sua Validade e Atualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Durkheim, E. (2004). *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone Editora.
- Freeden, M. (1996). *Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach*. Oxford: Clarendon Press.

- Freund, J. (1974). *O Que é a Política?* Lisboa: Edições Futura.
- Giddens, A. (1996). *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (2000). *A Terceira Via: Reflexões Sobre o Impasse Político Atual e o Futuro da Social Democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- Laponce, J. (1981). *Left and Right: The Topography of Political Perceptions*. Toronto: University of Toronto Press.
- Leão XII (1991). *Encíclica Rerum Novarum*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Lipset, S.M. (2006). "Esquerda Direita: O Conflito Ideológico do Século XX". In: J.C. Espada (ed.), *Direita e Esquerda? Divisões Ideológicas no Século XXI*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Magnet, M. (2001). "O que é o Conservadorismo Compassivo?". *Revista Nova Cidadania*, nº 8, abril/junho.
- Rosas, J.C. (org.) (2008). *Manual de Filosofia Política*. Coimbra: Almedina.
- Sartre, J.P. (1970). *O Existencialismo é um Humanismo*. Lisboa: Editorial Presença.